

IV – O ABC da participação

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. O ABC da participação. In: *Perspectivas*: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 39-48. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IV

O ABC DA PARTICIPAÇÃO

OS TRABALHADORES E A DEMOCRACIA¹⁷

Há tempos não se ouvia falar de greve. Para muitos, para os muitos ricos e conservadores e para os pobres de espírito, isto era um sinal de ordem. Para a maioria dos brasileiros, já cansados de tanta arbitrariedade e soluções de fôlego curto, era apenas sinal de que as amarras do autoritarismo, embora mais estridentes no Parlamento castrado, na imprensa censurada, nas prisões inchadas, estavam bem assentadas na fábrica, no mundo do trabalho.

De repente, com vigor, mas sem alarido, com firmeza e sem provocação, espocaram greves no ABC. Seriam “selvagens”? Seriam espontâneas? Estariam os sindicatos por trás ou seriam fruto da ação de algum partido encapuzado? — foram as primeiras indagações propostas. E malpropostas. Não foi nada disso e foi tudo isso: é a democratização em marcha, em dura marcha batida, a partir dos pés do povo, de cada um de nós, de todos os que não são direitistas empedernidos ou exploradores sem grandeza. Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor alternativas, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança.

Agora sim, pode-se começar a falar de democracia, sem adjetivá-la. Ela vem da base, da demanda de mudanças por parte dos que estão cansados de tanta equação matemática do salário perfeito. Não foi só o arrocho salarial por anos a fio, a utilização do PIS e do Pasep para financiar as empresas (até mesmo para ajudar a especulação financeira) ao invés de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, o Fundo de Garantia para desestabilizar o emprego através das despedidas rotativas da mão-de-obra, etc. Foi também o peso surdo de uma ordem política e de um clima de desrespeito aos trabalhadores no cotidiano da fábrica, que garantiu o “rigor” das equações ministeriais. Ridículos tecnocratas que luziam fórmulas matemáticas para melhor comprimir os salários, como se as equações enchessem barrigas. O voto, de agora em diante, ao contrário do que dizia a demagogia populista, vai encher as barrigas. Democracia, sim, partidos sim, eleições diretas, sim. Mas para tirar do Congresso e das Assembléias, enquanto não se pode tirar dos governos, os que defendem a teoria do “primeiro acumular para depois dividir”.

Subordinação dos sindicatos aos partidos? Manipulação eleitoreira através de projetos de efeito para iludir os trabalhadores? Basta ouvir a voz direta, ríspida, dos líderes sindicais: nem os partidos, nem os que pensam que sabem o que os trabalhadores devem fazer encontram ressonância nos Lula, nos Gonçalves, nos líderes das oposições sindicais, e muito menos em suas bases. A greve não lhes foi concedida por decreto. A inteireza das reivindicações e sua simplicidade — melhores salários para permitir uma vida decente — não surgiram de qualquer panfleto. Vieram da dura experiência de anos de opressão e exploração. E vêm com o sopro forte do novo e do autêntico.

Os sindicatos vão ao cerne da questão política: sem cortar o nó górdio da tutela do Ministério do Trabalho e sem assegurar, mesmo frente aos partidos, a independência relativa dos trabalhadores, a manipulação desfigura as lutas, as reivindicações viram concessões e com a mesma mão que são dadas podem ser retiradas.

Por certo não se pode encarar esses temas com simplismos. Os trabalhadores não reivindicam que, de repente, suas esperanças por melhores condições de vida e pela mudança da sociedade fiquem à mercê da relação direta entre patrões e operários. Sabem que o grosso dos trabalhadores não dispõe dos mesmos recursos de luta com que contam os trabalhadores das grandes fábricas modernas do ABC. E sabem também que a sanha patronal, em média, pode ser tão ávida quanto é castradora a ação do Ministério do Trabalho. Ninguém propõe a eliminação da Justiça do Trabalho, nem se pretende acabar com o salário mínimo. Longe disso. É preciso elevá-lo. Mas, a partir de um porcentual geral de aumento e de certo nível de salário mínimo,

¹⁷ *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1978.

as negociações entre sindicatos de operários e de patrões devem operar livremente.

Sabem também os trabalhadores de Osasco, do ABC, de qualquer grande núcleo industrial, que há um momento que é da política. Que sem ele os trabalhadores mais pobres, que são explorados pelas empresas menos dinâmicas, acabam sendo super-explorados quando não há centrais sindicais fortes e partidos políticos nacionais que os apoiem.

É por isso que o movimento dos trabalhadores da Scania, da Ford, da Volkswagen etc., mesmo sendo localizado, e mesmo estando na área em que existe um dos sindicatos mais combativos de São Paulo (o que infelizmente não ocorre em toda parte) o dos metalúrgicos de São Bernardo, tem importância nacional: o encaminhamento positivo dessas reivindicações e o fortalecimento de uma liderança independente abre as portas para a reformulação mais ampla da vida sindical brasileira e vai requerer a discussão dos problemas centrais da democratização do País.

E é por isso também que todos os que têm interesse real no fim do autoritarismo, e não se limitam a pensar a democracia como uma gaiola de cristal para fazer resplandecer o interesse das oligarquias e das elites, saúdam no movimento dos trabalhadores paulistas os sinais de um amanhã mais promissor. Que chegue logo, pois todos queremos democracia, já.

AINDA A GREVE¹⁸

A esta altura tudo de relevante já terá sido dito sobre a greve do ABC. Não obstante, o tema da greve ainda é a grande questão. Por quê?

Porque não é São Bernardo apenas que está em jogo; não é apenas a incrível resistência de uma categoria profissional que ultrapassou o mês à mingua de trabalho, de salário e de esperança de diálogo; não se trata sequer da fusão momentânea, em São Bernardo, de tudo que a sociedade possui de mais sensível à hora e à necessidade de mudança: nunca se viu a Igreja e políticos, jornalistas e sindicatos, partidos e demais entidades da sociedade, civil tão unidos como agora para forçar uma solução que não se resuma ao categórico “não” do governo e dos empresários. Mas não é só isso: é a decisão sobre o reconhecimento da legitimidade dos trabalhadores como parte do País que está em jogo.

É este o ângulo crucial da questão. Por certo os líderes sindicais do ABC e a massa operária recorreram à greve porque têm de defender o nível salarial alcançado e precisam lutar com empenho para evitar que novo arrocho despenque sobre eles e sobre o resto dos assalariados brasileiros. Mas os que imaginarem que a reivindicação de São Bernardo se esgota aí e que a prisão dos líderes é suficiente para desarticular os trabalhadores não terão compreendido que nos anos de resistência democrática e agora de lutas sociais, os trabalhadores aprenderam que para alcançar esse objetivo precisam assegurar sua identidade e sua autonomia. A luta de São Bernardo é também a luta pela dignidade do trabalhador e pelo direito do operário ser reconhecido como parte deste País. Cidadania, tanto quanto mercado; política no mais generoso sentido, tanto quanto sobrevivência econômica. Desapareceu a fronteira entre o sindical e o político.

E tudo isso, queiram ou não os caçadores de bruxas, vem de um sentimento muito generalizado, que passa por cima das diferenças partidárias e dissolve as questiúnculas entre as organizações semi-legais. A decisão da greve e sua duração não podem reduzir-se às “explicações” que as atribuem ao comportamento personalista do Lula e a influências estranhas ao meio operário. Por certo, estes fatores existem. Mas não jogam o peso decisivo que maldosamente lhes atribuem.

Pode-se questionar o acerto das lideranças; pode-se indicar o vezo de palavras de ordem arcaicas de organizações políticas que vêem na greve o início da revolução social. Nada disso explica a duração da greve, a solidariedade real que existe entre os trabalhadores. Vê-se hoje no ABC, e especialmente em São Bernardo, o nascimento do espírito da *comunitas* de modo muito vivo. E é isso que dá à presença da Igreja o fulgor inegável. Mas, de novo, enganam-se os que pensam que o bispo instiga e o cardeal comanda. A Igreja fornece apenas a moldura; dentro desta o espírito que frutifica é o da igualdade mística num nós coletivo que dissolve momentaneamente hierarquias. É o Alemão chamando de “você”, pelo telefone e diante de toda a polícia e a imprensa, o líder empresário; é o operário que ao reconhecer Ulisses Guimarães grita, chamando-

¹⁸ Folha de São Paulo, 7 de maio de 1980.

o inabitualmente pelo sobrenome, “nós não estamos sós”; é o bispo que se traça comumente e é percebido como irmão; e, no limite, é o informalismo e o quase alívio da relação entre a massa e a Polícia Militar depois da ordem de permitir a passeata e o comício do 1º de Maio.

Os que testemunharam as assembléias da Vila Euclides e os que se deram conta da rápida mudança que se processou quando, depois da retirada da polícia, ainda com os olhos lacrimejantes das bombas de gás, os operários começaram a confraternizar e, mais do que a “marchar”, a caminhar na direção do estádio, viram que a dimensão lúdica — de festa — coexistiu com a decisão firme de manter a greve.

Basta não ser cego pelo reacionarismo passadista dos que estão afinados a uma concepção de sociedade que não pode sobreviver ao mundo industrial moderno, para perceber que a reivindicação de São Bernardo transcende à fábrica e ao partido: é o batismo de cidadania de uma massa jovem, trabalhadora, nordestina em larga proporção, urbana e combativa, democrática e, no limite, radicalmente contra as estruturas de opressão na sua integralidade — sociais, econômicas e políticas.

Talvez o governo derrote momentaneamente São Bernardo. Lula está preso e com ele valiosos líderes. Pesa-lhes a ameaça da cassação atual: o enquadramento na Lei de Segurança veda-lhes o caminho institucional dos partidos e dos sindicatos. A sociedade é frágil — ou melhor, seus setores democráticos o são — para dar um basta a mais esta onda de arbitrariedades: O próprio movimento operário não foi capaz de impedir que as lutas se circunscrevessem ao ABC. Com isso, o Sistema recia os inimigos de que necessita: joga fora da Lei — mas que lei é esta, meu Deus? — os porta-vozes da reivindicação social e democrática.

Mas do rescaldo sobrarão o essencial: o sentimento de autoconfiança dos trabalhadores e a capacidade que desenvolveram de comportarem-se como massa que pressiona.

Deu-se assim, nesta greve, um passo decisivo para a constituição de nova ordem política. No momento em que Igreja e grandes lideranças da oposição institucional vão à assembléia dos grevistas — dita ilegal pelo governo — e, juntas, reagem à arbitrariedade do Sistema que quer seqüestrar as lideranças operárias, mais do que prendê-las e obrigam ao reconhecimento de uma formalidade, a ordem de prisão, nesse momento a Lei começa a emergir como a possibilidade de futuro. Contrasta com esta atitude o vaivém de um Tribunal do Trabalho que se desdiz sob pressão oficial, e do próprio Superior Tribunal Militar que fecha os olhos à forma arbitrária das prisões e nega o habeas-corpus.

(Mesmo neste caso, houve duas vozes de protesto e um relator que se justificou na televisão alegando que os advogados não argüiram este aspecto da ilegalidade no requerimento do habeas-corpus.)

É de lastimar (embora não surpreenda) que, diante deste quadro de reivindicação democrática, não tivesse emergido o apoio decidido sequer dos setores empresariais habitualmente menos cegos pelo autoritarismo e pelo interesse econômico imediato. Eles sabem, tão bem quanto os operários, que o que está em jogo não são os magros 7% a mais ou a menos nos salários, que um mês de inflação consome. Sabem que da agenda de reivindicações operárias quase tudo refere-se a procedimentos e não a cruzeiros. Procedimentos, diga-se de passagem, corriqueiros nos países sede de muitas das empresas envolvidas na crise. Sabem também que o argumento de que é preciso quebrar a crista do movimento operário para controlar as pressões sociais que virão é o mesmo invocado para passar pitos em empresários independentes: o da força, como razão de Estado. Não obstante, calaram e com isso comprometeram a saída democrática para este tipo de impasse no futuro.

Consola o principal: os trabalhadores recuperam com sua luta a dimensão ética da política. A luta pelo salário não se baseia apenas na força de pressão, mas no sentimento moral de que há algo de profundamente injusto na sociedade. E aprenderam a comportar-se modernamente. Lula preso, substituí-o Rubão: este preso, tem Néelson para passar o bastão. E de Néelson para 16 ou 400 ou milhares de operários na base, o comportamento é o mesmo: resistir em ordem; dialogar, negociar, mas não ceder o essencial.

O essencial é o surgimento de novo interlocutor na vida brasileira: João Ferrador é hoje igual, na prática, ao bispo, ao senador, ao intelectual e ao general. Queiram estes ou não. Imponham-se momentaneamente as velhas hierarquias com sua visão autoritária ou, quem sabe, ressurgam amanhã, na Constituinte necessária, um novo ordenamento, democrático e profundamente enraizado no querer coletivo que exige mudanças sociais decididas para que a ordem econômica deixe de ser o que tem sido, bastião de privilégios e reprodução da miséria.

Em qualquer dos casos, daqui para a frente, existe uma nova classe com voz política e própria. Ela falará por si e dentro de vários partidos, democraticamente. Mas ninguém ousará, em seu nome, tentar negociar o inegociável: a identidade social dos trabalhadores e sua autonomia na sociedade brasileira. Nem sequer líderes operários, se se esquecerem de que também diante deles a massa se comportará com independência.

ARBITRAGEM OU ARBITRÍO¹⁹

Está claro para todos que as experiências de negociação direta entre empresários e assalariados são extremamente recentes e inéditas no Brasil. Na verdade o sistema legal de resolução dos conflitos trabalhistas no Brasil emprega basicamente o mecanismo de arbitragem, isto é, há uma espécie de ensaio de mediações, ensaio bastante ritualizado, que se reduz às audiências de conciliação. A solução é sempre arbitrada por via judiciária, mas se faz dentro de diretrizes que são estabelecidas pelo Executivo. A partir desta constatação, gostaríamos de colocar para os nossos debatedores as seguintes questões, em primeiro lugar: quais as diferenças e principais vantagens dos mecanismos de mediação, dos mecanismos de arbitragem e de negociação direta, de acordo com a experiência dos diversos países. Quais as vantagens da negociação direta e da arbitragem judiciária para a democratização das relações trabalhistas. E, finalmente, a questão da compatibilidade ou não do sistema de negociação direta com as condições da economia e de nossas instituições políticas.

- Eu não vim preparado para fazer um debate teórico e muito menos para discutir no plano abstrato. Mas acho que é útil fazer uma reflexão direta sobre o ponto colocado. Há vantagens ou há desvantagens, e quais seriam, nas experiências de vários países, num sistema de negociação, de arbitragem ou de mediação.

- A resposta não pode ser dada em abstrato, porque esses sistemas se constituíram histórica e concretamente. Há uma história por trás de cada um deles, que são muito variáveis, e não são puros. Onde se tem um sistema de negociação direta mais amplo é nos Estados Unidos. Por quê? Porque nos Estados Unidos se partiu de uma teoria e de uma prática na qual se levava a sério o pressuposto do “jus naturalismo” — essa idéia de que a liberdade é alguma coisa que assenta no indivíduo, na razão do indivíduo, na capacidade que o indivíduo tem de ter consciência do seu interesse, de negociá-lo e de que nada deve se opor a isso.

- Nos Estados Unidos, a partir dessa concepção (oriunda dos teóricos da democracia, que são muito respeitáveis na sua formulação), o sistema de negociação foi-se constituindo na luta entre o trabalhador e o patrão, sem passar pela intermediação do Estado, mas diretamente no choque de interesses dessas duas facções. E minguou muito a presença da arbitragem estatal. A idéia mesma de que a negociação deva ser deixada ao campo livre dos agentes interessados está ligada a uma sociedade de certo tipo, que tem uma certa concepção do mundo e que dispõe de instituições também de um certo tipo, nas quais o Estado realmente minguou. Quando se vê o que é objeto de negociação de trabalho nos Estados Unidos, os itens mais variados entram nos acordos. Por exemplo: como é que vai ser feito o serviço militar. Isso é regulado freqüentemente nos acordos patrão-operário. Aqui no Brasil seria impensável esse tipo de colocação.

- Na Europa não é assim, e varia de país para país. Em geral, nos países em que o movimento dos trabalhadores conseguiu ser reconhecido e respeitado há mais tempo — e os países escandinavos são onde isso existe de uma maneira mais estruturada e institucionalizada — há sistemas mistos em que se tem uma ampla área de negociação direta e também mecanismos laterais de correção dessa negociação. Na França há uma duplicidade de caminhos. Em certos momentos se vai para a negociação direta, noutros momentos se passa à esfera do Estado. E essa é uma esfera especial de negociações, à margem da justiça geral. Aí as negociações passam por um sistema complexo, em que entram sindicato e partido, porque os sindicatos têm uma ligação com os partidos.

- Por que isso não existe nos Estados Unidos? Não simplesmente por causa de uma abstração. Então a grande questão que devemos pensar é como vai se dar uma esfera de negociação direta num país onde tudo passa pelo Estado. Aqui é o contrário do pressuposto americano.

¹⁹ Da mesa-redonda com Luís Inácio Lula da Silva, Henry Maksoud, Célio Borja, Leôncio Martins Rodrigues e José Augusto Guilhon de Albuquerque, “Folhetim”, *Folha de São Paulo*, 22 de junho de 1980.

- Pela nossa tradição, tem-se que fazer um esforço enorme para justificar o indivíduo, porque o Estado parece, de cara, que vale por si. Então nós temos uma história oposta à história de outros países. Muito curiosamente, no processo de desenvolvimento dessa questão, fará uns vinte anos, tudo que dizia respeito à negociação direta era visto como uma idéia americana. O que prevalecia no movimento progressista no Brasil era a idéia de que era preciso evitar esse caminho. Agora não, agora mudou a situação. E mudou porque de alguma maneira a presença de uma massa de trabalhadores nas grandes cidades, funcionando no esquema empresarial do grande capitalismo, fez com que os termos da questão comessem a ser objetivamente transformados. O peso do Estado lá em São Bernardo parece não ser tão grande, porque de fato, comparando com o que foi no passado, já não é tão grande mesmo. A questão teórica e concreta que nós temos que colocar é saber como se pode evoluir do sistema em que estávamos para uma outra situação na qual haja negociação sem que disso derive o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores.

- É muito complicado fazer essa passagem, porque mesmo um mecanismo de negociação coletiva direta não tem o mesmo alcance em toda parte. Às vezes a negociação coletiva incide sobre toda uma categoria, às vezes diz respeito a uma fábrica. É muito variável o mecanismo, às vezes tem força e vale para toda uma província ou todo um Estado. Outras vezes vale para todo o País. Quer dizer, esses temas não são simplesmente uma questão de princípios, são uma questão concreta de como é que se vai construindo um mecanismo novo.

- Parece que no caso brasileiro nós temos realmente um problema: como se constrói a democracia neste País? A democracia no Brasil, para ser construída, passa por certas áreas onde haja uma certa flexibilidade para que a negociação possa ocorrer. Porque a atual arbitragem não é arbitragem nenhuma: quem tem o canhão debaixo da mesa são os donos do poder e os donos do poder são as empresas. Então, com relação ao trabalhador, quando vai haver negociação, o sistema de arbitragem não é arbitragem, é uma decisão que vai limitar o ímpeto da negociação. Hoje nós temos uma situação em São Paulo em que alguns setores patronais começaram a perceber isso, e começaram a perceber que o mesmo movimento que tolhe a ação do trabalhador também tolhe a ação deles. Só que eles perceberam, mas não conseguiram deixar de ceder.

- Então a chamada arbitragem é um mecanismo de contenção. Eu acho que é preciso democratizar esta sociedade, acho que devemos criar espaços para que a negociação direta possa se constituir.

- Nos Estados Unidos, onde há liberdade sindical e impera o sistema da negociação direta, ele protege no máximo um terço dos trabalhadores. Deixada à livre força do mercado, uma camada muito grande de trabalhadores não tem força para impor condições de trabalho suficientemente adequadas, para defender o seu bem-estar. E quando se vai verificar como é que isto ocorre, vemos que nas indústrias monopolistas e nas indústrias do Estado, que também existem nos EUA, aí é onde os grandes sindicatos operam. E estes conseguem arrancar uma série de benefícios. No setor competitivo e de produtividade relativamente mais baixa esse processo não é tão generalizado. Existe um problema de perda de vantagens da população onde estão os chicanos, onde estão *les dammés de la Terre*.

- Então, não é certo que basta soltar o mercado. Quero deixar isto bem claro para não dar a impressão de que está ruim só porque o mercado está controlado. É verdade, está ruim porque o mercado está controlado, porque a burocratização é muito grande, e também porque o Estado intervém sempre de um lado. Mas nós temos que pensar num sistema de contrapeso nesse processo. E existem mecanismos.

- Aqui já foi dito que no ano passado foram acordados 72 contratos de negociação coletiva, no Estado de São Paulo, onde o fundamental era o salário. E não se entrava quase no resto. E o Lula disse aqui que eles levantaram uma lista de vinte reivindicações. A maior parte das reivindicações do ABC não era de salário, era de procedimento, era de forma de ação. E isto especialmente não é concedido porque isto implica a democratização. Salário ainda vá lá. No Brasil acontece o oposto dos Estados Unidos nesta matéria.

- Há uma idéia que tem sido defendida pelo Almir Pazzianoto e que suponho seja do Sindicato de São Bernardo, que tenta resolver um pouco esta questão de um modo não abstrato. E qual é a questão? Nós temos que aceitar que há um piso. Não se vai deixar simplesmente tudo à livre negociação. Porque se deixarmos tudo à livre negociação, e a capacidade de negociação não for homogênea, muitos setores serão totalmente esmagados. Então é preciso ter um certo piso salarial, para que sobre a incidência desse piso as forças dos grandes sindicatos e dos partidos pressionem para mantê-lo minimamente elevado. A partir daí deixa-se a questão à livre negociação. Esse negócio de pensar que basta soltar as forças do mercado é liberalismo, é

século 19, minha gente.

- Então, eu diria que há possibilidade de compor um sistema de negociação com um sistema de arbitragem. Qual a condição? O Lula deu. É que tem que haver um Estado de Direito. É preciso que o império da lei exista. Agora, o que estamos vendo aqui é que não há arbitragem nenhuma. Como é que vai haver arbitragem se a política salarial é definida pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento? O que é que o juiz faz? Ele sanciona. O juiz não decide nada, ele sanciona. O preço da força de trabalho no Brasil é administrado. Administrado pelo Estado, que é parte do processo produtivo. Então é um jogo de cartas marcadas. Não há arbitragem. E para haver arbitragem é preciso acabar com esse mecanismo. O juiz que vai arbitrar não pode estar sujeito a uma CLT onde, como diz o Leôncio, 98% das situações de conflito salarial já estão previstas de antemão. Então, o juiz é um funcionário do Estado, ele não tem poder independente. E quando se fala em arbitragem é preciso que haja poder independente. Não há uma oposição entre arbitragem e negociação coletiva. A oposição é entre negociação coletiva e intervenção permanente a favor do capital, que é o que acontece no Brasil.

Quais as vantagens da negociação direta e do sistema de arbitragem por via judiciária para a democratização das relações trabalhistas?

- No Brasil não há realmente arbitragem, há arbitrariedade. Se a pergunta for em termos da arbitragem da negociação coletiva, pode não haver tal incompatibilidade. Há um momento em que será necessária uma instância de julgamento. Há precondições para esse julgamento. Eu concordo com isso. Se não se tem liberdade do poder Judiciário, não há a precondição básica para essa instância. Tirando do plano filosófico, que não é o meu terreno, indo para o plano da questão colocada aqui, acho que no caso brasileiro não há dúvida nenhuma que é preciso partir para um esforço de negociação direta.

- Aqui no Brasil, dada a nossa tradição de intervenção estatal, dado o incrustamento dos interesses desse mesmo Estado, ou se quebra esse mecanismo de alguma maneira, ou então não se terá democracia. O limite da democracia, deste ângulo, está dado pelo bloqueio, pelo gelo do sistema de relações sociais e especificamente de relações trabalhistas. É o que foi dito aqui pelo Leôncio. Nós temos uma CLT que tem mais vigência do que a Constituição, porque ela de um certo ângulo é a verdadeira Constituição. Constituição deturpada, Constituição sem legitimidade. Para quebrar esse equilíbrio é que nós precisamos realmente forçar no sentido da negociação direta.

- É um problema político que está colocado: como é que se vai quebrar essa situação? Esta é que é a questão prática. Com que forças se vai conseguir abalar esse mecanismo. Acho que em São Bernardo assistimos ao engatinhar do processo. Algumas pessoas acham que já está quase no momento de ser colhido o fruto. Eu acho que nós começamos a engatinhar. E qual foi o engatinhamento a que nós assistimos? É que na prática já começou a existir aqui um conjunto de condições que permitem o sistema de negociação direta. Se tivesse havido força política para segurar o braço do Estado, os patrões teriam tido que negociar com os trabalhadores no caso de São Bernardo. O que bloqueou a negociação foi a intervenção do governo. Não foi a impossibilidade de atender à reivindicação, não foi nem sequer a inexistência de certas pontes que permitiriam a negociação. Foi o fato de que por razões políticas os empresários se escudaram atrás do Estado. E a sociedade não teve condição, força para quebrar esse escudo. Nem os trabalhadores tiveram. Porque não foi possível ampliar os elos de solidariedade no próprio nível da classe trabalhadora, e no momento em que não se ampliou isso a batalha foi perdida. É heróica a batalha, mas foi perdida. Mas quem perdeu uma batalha não perdeu a guerra. Está aí um dos comandantes, vivo e ao nosso lado. Apesar da cadeia, que aliás fisicamente fez bem a ele.

Alguns consideram, no Brasil, que a economia e as instituições são demasiado frágeis para comportar um sistema inteiramente livre de negociações diretas.

- Essa formulação é um chavão. Aliás, chavão de preferência de todo pensamento conservador brasileiro. Todo pensamento conservador brasileiro parte da idéia de que não é possível fazer nada porque não chegou a hora ainda. Porque a sociedade é infantil, porque a sociedade é fraca, essa coisa toda. Então acho que hoje nós estamos vendo o contrário, o que foi dito aqui pelo Lula. Ele disse: olha, os trabalhadores sabem perfeitamente que é preciso estabelecer um certo patamar. Não estão dizendo que é preciso simplesmente borrar tudo o que existe e começar a lei da selva, que o mais forte, seja o patrão, seja o

operário, vai impor. Não estão dizendo isso, até porque sabem quem é o mais forte. Então, estão propondo uma outra estratégia. Qual é essa estratégia? Acho que ela é muito clara. Está se dizendo: haverá certos direitos que a lei terá de assegurar. Há certos direitos que têm que estar regulamentados pela lei. A lei vai passar pelo Congresso, e não pode ser de outra maneira. Os trabalhadores sabem disso e acabam de dizer aqui: o Congresso ainda não tem força. Para que possa haver negociação direta é preciso que o Congresso tenha força. Precisa haver um Estado onde realmente o Congresso tenha força, que vai estabelecer o que na lei será regulamentado e o que não. A produtividade, foi dito pelo Lula aqui, é uma questão, pode ser até técnica, e que não vai ser universal. Quando se decreta um aumento de produtividade, como eles decretam aqui, é uma mentira, é uma farsa. Estão fingindo que é produtividade e estão dando um aumento, diga-se de passagem, pífio de salário. Não estão mexendo realmente na produtividade. Isso vai ter que ser discutido, vai ter que ter índices, os trabalhadores vão ter uns, os patrões vão ter outros. O DIEESE, por sorte, já existe há muito tempo. Não temos uma classe trabalhadora despreparada. Ela tem seus instrumentos de pensamento. Hoje tem instrumentos de pensamento, independentes até do setor tradicional de pensamento. Hoje, eles não precisam nem da universidade para pensar, pensam sozinhos.

- Então não se trata de cara ou coroa, que é o pensamento simplista que atrapalha avançar. E os trabalhadores não estão formulando dessa maneira simplista. São os setores conservadores e reacionários que, para desmoralizar uma idéia que é forte, dizem: olha, o que vem aí é o caos, porque a sociedade é fraca e ela não agüenta negociação direta. Não é nada disso. Ela só se fortalece com a negociação direta. E isso: a negociação direta fortalece o sindicato, fortalece os partidos e fortalece na vida cotidiana a dignidade do trabalhador e uma relação ativa e democrática no trabalho.

Como poderíamos conciliar interesses, necessidades nacionais frente ao problema inflacionário, e os interesses dos trabalhadores, que já são uma parte agastada em sacrifícios neste processo?

- Eu diria o seguinte: a inflação que nós temos hoje no Brasil não se deriva dos salários. Não há quem possa sustentar que o processo inflacionário atual é consequência de um desregramento na relação salarial, mesmo porque é ao contrário. Em 63, 64, ainda se podia imaginar que havia uma pressão inflacionária de alta de salário. Agora não dá para pensar assim. O pouco reajuste que houve, e foi num dos sindicatos mais combativos, foi logo comido pela inflação. Não houve nenhuma transferência real pela via de aumento de salário maciço para as classes trabalhadoras. E é por isso que a questão da inflação hoje é muito complicada. A briga hoje, no que diz respeito à inflação, corta por dentro a burguesia, corta o empresariado, corta por dentro o setor estatal, corta por dentro setores poderosos deste país. Está ligada com uma coisa que não foi mencionada aqui, porque não era nosso tema: a questão da dívida externa. Está ligada com toda a questão do sistema financeiro, que realmente sugou muito das energias deste País. Então, resolver a inflação hoje é um problema político, além de ser um problema técnico naturalmente, muito mais difícil ainda do que foi o problema em 63/64. E não adianta dar golpe, porque não são os trabalhadores que estão pressionando esta inflação.

SÃO BERNARDO "RIDES AGAIN"²⁰

A decisão dos trabalhadores da Volkswagen de rejeitar a proposta de redução das horas de trabalho para enfrentar a crise econômica sem dispensas constitui um fato marcante. Mesmo para quem conhece bem a situação do ABC, a enorme margem de votos contrários à proposta da empresa constitui, senão surpresa, motivo para aprofundar a reflexão.

Vi São Bernardo-comunidade, durante as greves. Todos sabem da força de sua liderança operária. Nunca deixei de reconhecer que se algo de novo ocorreu no Brasil nos últimos anos foi o surgimento de um setor da classe trabalhadora ativo e com consciência da dignidade do trabalho. Já foi assim antes: mais do que uma discussão sobre o nível de salários, a categoria dos metalúrgicos lançou-se à luta no ano passado para exigir reconhecimento social e autonomia.

O surpreendente, portanto, não é a reiteração do tema. É que ela se dá numa conjuntura obviamente desfavorável. O desemprego operário (e não só: que o digam os profissionais da classe média) não é um

²⁰ Folha de São Paulo, 23 de abril de 1981.

fantasma que ronda no ar: é uma realidade duríssima. Mesmo assim, os trabalhadores da Volkswagen preferiram assumir a responsabilidade do desafio e disseram não à proposta conciliadora dos interesses patronais que pedia uma aparente solidariedade. Solidariedade só pode haver — verdadeira — entre iguais. Não entre o pescoço e a guilhotina.

Duro exemplo a todos os brasileiros. Exemplo que, por sorte, não é isolado. Ainda agora, em Itaici, na discussão dos bispos sobre as Comunidades Eclesiais de Base, reafirma-se o princípio da autonomia do interesse popular, mesmo frente aos mais próximos partidos.

Será áspero demais o caminho? Injusto nas circunstâncias atuais? Quem sabe. Mas é o preço que uma sociedade elitista, baseada na exploração sem tréguas, terá de pagar para democratizar-se de verdade. É certo que a tarefa não é fácil. E requer reflexão mais profunda que simplesmente imaginar que a autonomia da sociedade civil é panacéia universal. Não é, até porque os empresários são membros da sociedade civil com títulos iguais aos dos trabalhadores. Não se trata, no caso, de luta em bloco entre a sociedade civil e o Estado, mas de luta popular e democrática para obrigar o Estado a processar as demandas de uma parte da sociedade civil — constituída pelos trabalhadores — pelo menos com chances formais iguais às dos patrões.

O reconhecimento prático disso vem da liderança de São Bernardo, a *de juri* e a de fato: pedem agora reuniões entre o sindicato, os representantes dos empresários e os ministros do governo. Reuniões para atrelar o sindicato à política do Estado? Não: para fazer política no sítio em que ela assume conotações decisórias, obrigando os ministros a aceitarem os trabalhadores como classe que se constitui na luta e na representação ideológica que têm de seus interesses e de seu papel. Assim como Walesa pede que o Solidariedade seja informado dos planos de investimento do partido e do governo na Comissão do Plano, os sindicalistas brasileiros começam a exigir que as políticas sociais e econômicas se façam sob sua mira.

O fundamento para tal exigência deu-o um empresário-político, Olavo Setúbal, na televisão. A indústria automobilística é fruto de subsídios e preferências governamentais. Por que não podem agora os mesmos canais servir para a garantia de emprego, objetivo nacional mais importante que a mera garantia do lucro pelo lucro, a expensas de todos?

O PIOR CEGO²¹

As classes patronais começam a preocupar-se com os efeitos da lei salarial sobre o desemprego. Sisudos e bem-pensantes comentários repercutem na imprensa a grave preocupação: não é que, dizem eles, forçadas pelos aumentos relativamente maiores dos salários menores, as empresas, para enfrentar a crise, se vêem na desagradável contingência de dispensar justamente os mais necessitados?

Alguns líderes, como o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, chegam a manifestar preocupações para “preservar o poder de compra dos assalariados e a saúde financeira das micro, pequenas e médias empresas”. Tanta generosidade, entretanto, mal esconde o alvo: criticar o eventual efeito redistribucionista da lei salarial. Em nome da sofrida “classe média”, pede-se que os que menos ganham ganhem ainda menos... Haja lógica!

É certo que a crise está aí. É certo que o desemprego ronda os lares dos trabalhadores e das classes médias. É certo que a rotatividade da mão-de-obra é a defesa cruel que resta às empresas sufocadas pelos juros e pela retração do mercado. É certo que a redistribuição de renda interassalariados em conjuntura inflacionária é enganadora. Mas corrigir distorções acumuladas no passado pela via de aplicação de um percentual fixo de correção do INPC, em nome de elevar o poder de compra da classe média é demais. As correções propostas na sistemática de arrecadação do imposto de renda devem ser encaradas com seriedade. A defesa dos interesses dos assalariados de rendas médias, de igual modo. Mas pedir, para isto, que se reduzam relativamente os salários dos que ganham pouco (cerca de dois terços dos assalariados ganham dois ou menos que dois salários mínimos) é inaceitável.

Se as classes dirigentes e os empresários tivessem tido ímpetos redistributivistas em defesa do poder de compra dos assalariados na época do “milagre” teria sido mais fácil. Mas não: falava-se, então, na necessidade do arrocho salarial para favorecer a rápida acumulação, sem riscos inflacionários, e com

²¹ 30 de julho de 1981.

capacidade para promover um futuro grandioso para todos. Não cabe agora, em nome da crise, do desemprego e da defesa da empresa, propor restrições aos salários dos pobres.

Que se proponham medidas em defesa da empresa, mas pela via de outra política econômica, contra os juros escorchantes, contra os desperdícios estatais. Não contra o bolso dos que quase nada têm.

Pasma que no exato momento em que, a despeito de tudo, os trabalhadores de São Paulo, nas eleições sindicais, demonstram capacidade de mobilização, começam a organizar-se mais livremente, encaminham suas reivindicações aos congressos regionais e ao Conclat, falte sensibilidade a algumas lideranças para ver o que está ocorrendo no Brasil. Se os líderes empresariais desejarem que suas propostas favoráveis a um “diálogo nacional” sejam ouvidas seriamente, não devem dar escorregões no fundamental. No Brasil qualquer pacto sério requer como ponto de partida uma guerra à pobreza. Com crise ou sem ela, este ponto não é negociável. Só não vê quem não quer.

CRESCIMENTO E POBREZA²²

O movimento popular em São Paulo por reivindicações urbanas tem muita força, está muito organizado, mas apresenta dificuldades de escolha de prioridades. Isto é, se todos os grupos de bairros de São Paulo conseguissem obter na Prefeitura as suas três ou cinco principais reivindicações, a cidade não teria como cumpri-las, porque há um limite da Prefeitura em atender essas reivindicações. No entanto, o movimento popular parece insistir na melhoria para o bairro. A pergunta é a seguinte: qual é a capacidade do movimento popular de estabelecer prioridades e de propor uma luta geral para a conquista dessas prioridades?

- Não é específico do Brasil o fato de que a reivindicação urbana passou a ser um dos eixos centrais da vida política. Nas sociedades industrializadas e de massa, em todo o mundo, hoje se vê que o movimento ecológico, o movimento feminino ou feminista, enfim, os movimentos sociais têm uma incidência muito grande e muito freqüentemente girando ao redor da questão do aqui e do agora, onde se vive, onde se mora, o que se quer.

- O que é específico do Brasil é que tudo isso se dá no contexto de um sistema espoliador. O que chamou a atenção e produziu um certo impacto, no caso do livro *São Paulo, Crescimento e Pobreza*²³, foi a descoberta do óbvio. O óbvio sempre dá susto na gente. O óbvio é que isto aqui tinha crescido muito. São Paulo virou uma cidade bastante rica, por um lado, e por outro essa riqueza, ao invés de eliminar a pobreza, em certos aspectos até acentuou.

- Nós, no caso desses estudos do CEBRAP, não nos limitamos a São Paulo. Acabamos de publicar um outro livro, *Bahia de Todos os Pobres*, do qual o Paulo Singer é co-autor junto com o Wilmar Faria e outros companheiros da Bahia, onde o que se analisa é um pouco a mesma coisa, é um samba de uma nota só. É a prosperidade num mar de miséria. Ora, essa prosperidade num mar de miséria provoca uma certa reação, que é variável politicamente. Em certas circunstâncias ela provoca apatia, mas no caso do Brasil tem provocado uma expectativa de melhoria. Tem provocado, portanto, vontade de luta. Isso, aliás, os que têm alguma familiaridade com as pesquisas sociológicas no Brasil sabem que é um processo antigo. Sempre houve; mesmo na maior pobreza, a expectativa de melhoria. Isso não é mau, isso é bom. Isso não é alienação, não. Isso é vontade de mudar, é outra coisa.

- Então, entendendo que, de específico, nós temos muita pobreza no meio da prosperidade e, ao mesmo tempo, há uma vontade de mudar e há uma possibilidade de organização dessa mudança, aí eu vejo a questão posta. O povo que sofre as conseqüências de um modelo de desenvolvimento distorcido, ele sente essas conseqüências imediatamente. Sente e reivindica. Muitas vezes essa reivindicação não aparece. Quando é que ela não aparece? O Vinícius já o disse: quando a repressão não permite e quando existe uma desarticulação do mundo político.

- Recentemente, houve um trabalho sobre São Bernardo do Campo e eu estive verificando alguns

²² Da mesa-redonda com Luís Gomes Cardim Sangirardi, Paulo Singer, Vinícius Caldeira Brandt e Cândido Procópio, “Folhetim”, *Folha de São Paulo*, 18 de janeiro de 1981.

²³ Estudo realizado pelo CEBRAP para a Cúria Metropolitana de São Paulo.

dados a respeito da reivindicação popular naquela cidade. Existem, muito nitidamente, dois tipos de reivindicação: uma, nos bairros mais pobres, em Ferrazópolis, por exemplo, onde é a reivindicação de infraestrutura urbana, iluminação, água, esgotos, etc. No resto da cidade, reivindicam áreas de lazer, em primeiro lugar, reivindicam segurança, mas reivindicam, também, supermercado e banco. Me pareceu uma coisa curiosa a reivindicação de supermercado e banco. Será alienação isso? Não é. É que na vida moderna, se não se tem um supermercado perto dificulta o cotidiano da população. E o banco é um acelerador imenso dos serviços.

- Isso quer dizer que a população não sabe hierarquizar? Sabe. Lá onde não tem água nem esgoto, ela quer água e esgoto; onde já tem água e esgoto, ocorre um outro tipo de demanda. Portanto, para resumir, é possível confiar em que as pessoas sabem o que precisam em primeiro, em segundo, em terceiro, quarto, quinto e sexto lugares. Eu acho que seria útil que a administração não adotasse um ponto de vista tecnocrático, definindo pelo consumidor aquilo que é o interesse do consumidor.

Como o poder público vem encarando e reagindo ao movimento popular em São Paulo?

- Eu queria lembrar que o fenômeno urbano na sua amplitude, na sua magnitude atual, é um fenômeno que, no caso brasileiro, se não é novo — pois a tendência à urbanização é antiga — acelerou-se muito e, de alguma maneira, superou a estrutura organizada da administração.

- Faz algum tempo o CEBRAP preparou um trabalho chamado “São Paulo, Cultura e Participação”. E o que já então parecia bastante óbvio era o seguinte: a administração não estava preparada para enfrentar os problemas que ela teria que resolver. E não está preparada, primeiro porque, como burocracia, tem uma história de clientelismo, de troca de favor da pequena repartição. Segundo, porque a estrutura orçamentária do Estado sofreu uma distorção enorme. E, se é verdade que algumas cidades têm recursos, a imensa maioria dos municípios do Brasil, não.

- Além disso, os problemas tomaram tamanha magnitude que mesmo a idéia do que é o poder público ficou estranha. Por exemplo, o que fazer com a coleta do lixo? Quem coleta o lixo? Numa cidade como São Paulo, que cresce muito e vai incorporando na sua mesma área contígua outros municípios, isso cria um novo problema. Outro exemplo: as regras relativas ao trânsito eram definidas por cada Prefeitura e os problemas passaram a ser muito mais vastos do que o limite administrativo, gerando brigas enormes entre Prefeituras, brigas interburocráticas sem tamanho.

- Portanto, eu diria que a resposta do poder público à mobilização é uma resposta, por enquanto, capenga, canhestra, porque ainda não tivemos um pensamento político da administração pública que tomasse em consideração o nível de demanda de uma população que se urbanizou e que tem, hoje, um grau de consciência dos seus direitos. A generalização dessa consciência de cidadania, da reivindicação democrática e popular vai obrigar a uma reformulação muito mais profunda na estrutura administrativa. E, como nós não estamos falando de coisas que estão no vácuo, vai exigir uma modificação na estrutura de poder, na distribuição de poder. Quer dizer, se nós quisermos realmente fazer face a essa enorme quantidade de problemas dos grandes aglomerados urbanos, eu acredito que será necessária uma modificação muito profunda na distribuição de recursos, para que a idéia de participação seja algo mais do que uma retórica, do que uma pura demagogia.